

DESAFIOS CURRICULARES DO PEDAGOGO FRENTE À EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO PARA A DIVERSIDADE HUMANA

Davi Gleidson Monteiro Loureiro

Graduando do 9º semestre do Curso de Pedagogia
Universidade Estadual do Ceará (UECE);

Sheyla Maria Fontenele Macedo

Professora assistente II, do Departamento de Educação
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RESUMO

O artigo intitulado “**Desafios curriculares do pedagogo frente à educação para o trânsito e diversidade humana**” é parte integrante da monografia “**Educação para o trânsito em prol da diversidade humana: um desafio para a escola de educação básica**”, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os problemas do trânsito são muitos, tanto de ordem estrutural, como comportamental. Neste sentido, questiona-se: qual o papel da escola e dos professores frente ao estabelecimento de um currículo que contemple a educação para o trânsito na perspectiva da diversidade humana? Enquanto instituição e profissionais temos nos preparado para exercer este desiderato? O objetivo geral é demonstrar a possibilidade da educação para o trânsito e a diversidade humana realizar-se por meio do ensino transversal nas escolas de educação básica. O artigo é de cunho bibliográfico, documental e fundamenta-se na pesquisa qualitativa. Como referencial teórico básico, temos: Berticelli (1999); Filipouski (2002); Moreno (1998); Rozestraten (2004); Sacristán (1998); Vasconcellos (1998); Yus (1998). O artigo tem dois tópicos: 1) propõe uma ampla discussão sobre as relações entre educação, trânsito, currículo e diversidade; 2) incursões teóricas que revelam as possibilidades e desafios da educação para o trânsito para a diversidade realmente se conforme em tema transversal. A pesquisa é relevante por contribuir com reflexões acerca da importância da educação para o trânsito enquanto temática transversal e ainda por criar espaços dialéticos sobre o papel da escola e professores em suas práticas pedagógicas.

Palavras – chave: Currículo. Educação. Trânsito. Diversidade. Transversalidade.

INTRODUÇÃO

Educação e trânsito são fenômenos socioculturais que fazem parte do dia-a-dia de todos os cidadãos brasileiros e do mundo. Estes fenômenos estiveram e estão lado-a-lado no processo civilizatório e de desenvolvimento da humanidade. Por sua complexidade e diversidade, problemas e desafios que representam, autoridades e cidadãos começam a dispensar a eles maior atenção.

É importante frisar que quando mencionamos a expressão “trânsito” não estamos apenas nos referindo ao trânsito de veículos automotores, mas de todas as formas de locomoção e mobilidade com um determinado fim pelo ser humano. Da mesma forma quando falamos de “educação” não estamos pensando apenas na educação formal, mas em todas as formas e maneiras que está assume nos processos de ensino e aprendizagem quer nas escolas, instituições detentoras do ensino formal oficial, ou nos grupos sociais dos quais fazemos parte desde a nossa infância.

A educação para o trânsito, historicamente tem sido negligenciada ou realizada de forma tímida e pontual, faz parte da educação brasileira e não pode mais ser relegada a um segundo plano. Entretanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (PCN's) não abordam o tema trânsito de forma explícita: “uma vez reconhecido à urgência social de um problema local, este poderá receber o mesmo tratamento dado aos outros temas transversais” (BRASIL, V.8, 1998, p. 35). Percebemos desta forma, que a temática é abordada nas escolas de forma subjetiva, eis o cerne desta pesquisa: identificar o tratamento curricular dado à educação de trânsito para a diversidade nas escolas de educação básica. E como objetivos específicos: discutir sobre as relações entre educação, trânsito, currículo e diversidade no Brasil dos dias de hoje e permitir incursões teóricas que revelam a realidade do pedagogo frente aos desafios para implementar a temática trânsito como tema transversal autônomo e desvinculado dos demais.

O artigo como fase inicial da referida pesquisa, é de cunho bibliográfico, documental e fundamenta-se na pesquisa qualitativa. Como referencial teórico básico, temos: Berticelli (1999); Filipouski (2002); Moreno (1998); Rozestraten (2004); Sacristán (1998); Vasconcellos (1998); Yus (1998).

Este artigo está organizado em dois tópicos e suas subdivisões, quais sejam: no primeiro tópicos, Relações entre educação, currículo, diversidade e prática pedagógica; e, o segundo, desafio do pedagogo frente a realidade de que a educação de trânsito para a diversidade humana realmente se configure como tema transversal nas escolas de educação básica.

A pesquisa em questão contribuirá com reflexões acerca da importância da educação de trânsito enquanto temática transversal e ainda por permitir uma ressignificação sobre o papel do pedagogo e suas práticas pedagógicas nos espaços não escolares.

1. Uma perspectiva da educação para a diversidade humana a partir do currículo e da ação pedagógica

Neste tópico apresentaremos os conceitos e inter-relações estabelecidas entre o currículo e a prática docente no sentido de esclarecer as possibilidades de moldamento destes, pela a ação do professor, à realidade educacional complexa e plural permeada pela diversidade humana.

Aqueles se imbricam em uma teia de influências internas e externas ao sujeito no processo de ensino aprendizagem possibilitando trabalhar um currículo que atenda esta demanda social e uma ação pedagógica mediadora, dinâmica e diversa.

Ao refletirmos sobre currículo devemos perguntar a nós mesmos: O que é currículo? Qual a sua amplitude? Que influências incidem na construção do mesmo? Ele pode ser atemporal ou é um reflexo histórico-social de cada época, sociedade, cultura, crenças e valores? Qual a melhor forma de abordar o tema: separando a teorização da prática ou inter-relacionando-as?

Postas tais questões, podemos afirmar que este é a análise e a prática da educação. É ainda um guia para a experiência institucionalizada e materializada em sala de aula e ao mesmo tempo se consubstancia dessa prática como meio de determinar o que Sacristán (1998, p. 30) denomina de “projeto cultural e de socialização” que representa uma opção cultural determinada, no sentido de estar multicontextualizada, pois a maioria das práticas pedagógicas recebem influências políticas, administrativas, econômicas, organizativas e institucionais.

Assim, se o currículo é um fenômeno social, seus conteúdos e formas não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. Ou seja, nenhum currículo é neutro. King (*apud* SACRISTÁN, 1998, p. 20), afirma que:

Nenhum fenômeno é indiferente ao contexto no qual se produz e o currículo se sobrepõe em contextos que se dissimulam e se integram uns aos outros, conceitos que dão significado às experiências curriculares obtidas por quem delas participa.

Por certo, o currículo é em si mesmo uma expressão da diversidade social, cultural e histórica. Por que não dizer uma expressão da diversidade humana permeado por seus valores, crenças, lutas de poder explícitas e implícitas e pela subjetividade do ser humano?

A palavra “currículo” pode ser entendida como o conjunto das disciplinas escolares, ou, ainda, a exposição dos conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina. Esta visão tecnicista, prescritiva e reducionista da concepção de currículo jamais será capaz de explicar a realidade dos fenômenos curriculares e dificilmente pode contribuir para mudá-los, pois deixa de considerar os contextos nos quais adquire significado.

Estamos nos referindo a um fenômeno escolar que não tem características estritamente escolares, é algo que se situa entre as experiências pessoais e culturais dos sujeitos, prévias e paralelas às experiências escolares, e determinadas por estas.

Não se concebe mais manter a ideia de um currículo “receitado”, imparcial, unificador, universal e objetivo, ou seja, um conjunto de ensinamentos a serem transmitidos e absorvidos com passividade.

A concepção atual do termo na educação brasileira transcende a simples enumeração dos conteúdos referentes às áreas do conhecimento materializadas na forma de disciplinas. Assim Berticelli (1999, p. 159) afirma que:

Currículo é o lugar de representação simbólica, transgressão, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita muitas vezes e, outras resultado e uma ‘lógica clandestina’, que nem sempre é a expressão da vontade de um sujeito mas imposição do próprio ato discursivo.

Se o conteúdo cultural é prerrogativa lógica do ensino, como esse “projeto de opção cultural” se concretiza? Para a maioria esmagadora dos estudantes a única opção é a escolarização obrigatória.

Certamente o currículo expressa a opção cultural de disseminação dos conhecimentos socialmente produzidos e dentro desta rede de relações a capacidade de intervenção na prática pedagógica pelo professor é uma possibilidade, mas está circunscrita por uma instituição (a escola) e pela realidade social em que está inserida. É importante lembrarmos estas referências para não cairmos no puro idealismo, uma vez que as ações dos professores são uma prática social. Logo, o professor não toma suas decisões no vazio, mas no contexto da realidade de um local de trabalho:

O professor, em suma, não seleciona as condições nas quais realiza seu trabalho e, nessa medida, tampouco pode escolher muitas vezes

como desenvolvê-lo; embora, para ele, sempre caberá imaginar a situação e definir para si o problema e atuar de diversas formas possíveis dentro de certas margens, considerando que os determinantes possíveis quase nunca são totalmente inexoráveis nem sem possibilidades de moldamento. O caráter radicalmente indeterminado da prática sempre colocará a responsabilidade do professor e sua capacidade para “fechar” situações, ainda que estas não sejam definidas por ele (SACRISTÁN,1998, p. 167).

O próprio conceito do que os professores consideram conteúdos essenciais é consequência das práticas curriculares dominantes, que de certa forma constituem o esquema do que é para eles o “conhecimento valioso”.

Não raro estes profissionais reclamam de que os programas escolares estão muito sobrecarregados, o que os obriga a acelerar o ritmo do tratamento dos conteúdos imprimindo-lhes certa superficialidade.

É dentro da perspectiva da natureza social e prática do currículo e da margem de autonomia do professor imposta pelos limites da realidade escolar no que diz respeito as prescrições legais e institucionais que vão se travando relações com os conhecimentos e a forma como o concebemos, o ordenamos, qual a sua importância social e sua relação com a vida ao nosso redor, qual a sua origem, como evolui, quais seus componentes, como determinamos que nos apropriamos de tal conhecimento.

Tais aspectos são cruciais para determinar a evolução do currículo e das formas que a prática pedagógica em sala de aula acontece, hoje determinados por novos paradigmas científicos. No que diz respeito a isto, Sacristán (1998, p. 188) afirma que:

Os paradigmas contemporâneos que dominam a pesquisa pedagógica, a partir dos quais se deduz uma seleção de variáveis relevantes para entender os fatos pedagógicos e uma projeção mais ou menos direta para a prática, esqueceram o próprio conteúdo cultural que se transmite no ensino, a própria essência de sua justificativa; ausência que Shulman (1986, p. 6) denominou como “paradigma perdido”.

Se no processo de ensino-aprendizagem os interesses dos alunos não encontrarem reflexo na cultura escolar, se eles não perceberem uma consistência e compromisso por parte da escola e dos professores na relação com o conhecimento eles se mostrarão refratários àquela sob diferentes formas, quais sejam: recusa, confronto, desmotivação, fuga etc. Isto implicaria em fracasso e evasão escolares.

Faz-se necessário a contextualização do processo de ensino-aprendizagem com algo que tenha sentido para o aluno, ou seja, ao ensinar a matemática, história,

geografia, português, arte ou qualquer outra disciplina curricular que estas sejam permeadas pelo cotidiano dos alunos e direcionadas de forma que sirvam a estes de instrumento para compreensão, ação e modificação de seu mundo. “Também é difícil imaginar que hoje em dia seja possível fazer os alunos compreenderem qualquer conhecimento científico sem torná-lo, por sua vez, partícipe dos raciocínios e atitudes que os originam”. (MORENO, 1998, p. 31)

O ensino, parte essencial, do trabalho do professor não pode ficar alheio a esta nova maneira de concebermos a ciência e, portanto, o mundo à sua volta. As mudanças na escola devem ir ao encontro desta concepção ou correremos o risco de estarmos proporcionando aos alunos uma formação intelectual em desacordo com as necessidades de uma sociedade plural, diversa, em que cada um de nós se constitui em um indivíduo único ao lado de seus semelhantes igualmente singulares cada qual com sua idiossincrasia.

Assim, devemos ter o cuidado para que em nome da diversidade não estejamos promovendo a desigualdade, que as políticas públicas e o discurso a favor da “igualdade” não anulem a diversidade e que as práticas que a estimulam não mantenham, mascarem ou fomentem desigualdades no processo de constituição do currículo e da *práxis* pedagógica tão dinâmicas e heterogêneas.

2. Temas transversais e a inter-relação com a diversidade e a educação para o trânsito

O objetivo deste tópico é demonstrar a possibilidade de trabalhar o tema educação para o trânsito na perspectiva da transversalidade.

Para tanto se faz que os professores em sua coletividade adotem uma postura de questionamento da segmentação entre as diversas áreas do saber curricular, ou seja, trabalhem os temas transversais de forma interdisciplinar (em nosso caso a educação para o trânsito).

A metodologia da transversalidade permite que os referidos temas sejam, além de garantido a sua discussão no corpo das disciplinas, sejam vistos e sirvam de meio para explicar e transformar o “mundo” à nossa volta, contextualizando a prática pedagógica através de múltiplos materiais e iniciativas que estimulem diversas habilidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) explicam as diferenças e apresentam questionamentos sobre as inter-relações entre interdisciplinaridade e transversalidade:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzidos por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1997, v.8, p. 40).

Na *práxis* pedagógica, ambos os conceitos suplementam-se e inter-relacionam-se visto que a interdisciplinaridade admite estabelecer relações entre as várias disciplinas proporcionando uma maior criticidade e estabelecimento de analogias entre as áreas do conhecimento, ao passo, que a transversalidade dá significado social aos conceitos e práticas pedagógicas das áreas convencionais transcendendo o aprender por aprender ou o aprendizado mecânico.

Os temas transversais fazem alusão a uma maneira de entender conteúdos educativos que não compõem as áreas e disciplinas tradicionais do saber e cultura clássicos. Referem-se a questões sociais dos nossos modelos econômicos como: violação de direitos humanos, ecologia e preservação do meio ambiente, sexualidade e saúde, racismo e discriminação, subdesenvolvimento, diversidade cultural e humana, trânsito e transporte, mobilidade e acessibilidade, entre outros.

Estão voltados para uma ótica atitudinal, ou seja, em que o ensinar a ser é mais significativo do que o ensinar a fazer; como são questões de relevância social tem de ser abordadas de forma interdisciplinar e em toda a complexidade que advém da diversidade que é característica inerente dos sujeitos enquanto indivíduos ou coletividade.

Os temas transversais pretendem ainda romper com as visões dominantes e reprodutoras das desigualdades e injustiças sociais, promovendo ações participativas e cooperativas por parte dos alunos em que os professores sejam agentes ativos na criação do currículo em que a relação dialética entre a teorização e a prática deste relacione-o com a vida cotidiana (CELORIO *apud* YUS, 1998, p. 22).

Portanto, a expressão “transversalidade”, contempla uma abordagem atravessada (transversal) nas disciplinas curriculares frente a temas de relevância social para a vida em sociedade. Estão diretamente relacionados com processos vivenciados pelas comunidades, famílias, alunos e educadores em seu cotidiano. Logo, estão sob a influência dos contextos socioculturais que fazem parte de uma época e, portanto, devem estar abertos para as mudanças desta realidade, sendo natural que determinados temas transversais tomem maior relevância em determinadas regiões ou locais de nosso país. Neste sentido, Yus (1998, p. 43) afirma que:

Apesar de que essa nova dimensão do currículo potencialmente romperia a organização por áreas e blocos de conteúdo [...], o certo é que não acontece assim, e isso pela existência de uma contradição interna entre essas supostas potencialidades e o estabelecimento de uma estrutura em que recobram seu protagonismo os clássicos conteúdos disciplinares como eixos estruturadores do currículo, de forma que como assinala Bolívar (1992), deixa-se para o professorado, através do projeto educativo da escola, a tarefa de resolver essa contradição.

Os projetos políticos pedagógicos das escolas, no que tange ao currículo adotado, devem refletir não só uma base comum nacional de conhecimentos, mas questões relevantes de âmbito local devem ser contempladas com o fim de desenvolver a capacidade do aluno de intervir e transformar sua realidade e, neste sentido, proceder à construção de uma proposta curricular condizente com a missão da escola de formar o aluno para a cidadania e de forma integral.

Conforme este enfoque a escola é levada a organizar propostas pedagógicas que atendam os diversos interesses sociais, culturais e que de fato mobilizem o interesse de participação em tais questões. Então, incluir o tema do trânsito na prática pedagógica, está relacionado com a mudança, democracia, respeito às diferenças, inclusão, atitudes como solidariedade e gentileza dentre outros valores que funcionam como referência para um bom convívio social.

Discorre Vasconcellos (1998) que o trânsito é um fenômeno social e para entendê-lo temos que compreender como se forma, para isso devemos considerar por quais motivos as pessoas transitam; como é a disputa pelo espaço público, quais os conflitos que advêm desta ação; as questões culturais, históricas, econômicas que influenciam nos deslocamentos. Existe, portanto, um leque de conhecimentos que se apresentam como temas relevantes para aproximação do currículo escolar das necessidades e realidade da sociedade.

Certamente pela relevância de tal questão o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), no artigo 76, determina que a educação em todos os níveis de ensino, necessita de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito.

Tal conteúdo deve contemplar a diversidade humana, posto que comporte uma ampliação de significações para professores e alunos, uma tomada de consciência de que a realidade em que vivem é parte de um todo muito mais complexo, fascinante e desafiador, na qual o elemento universal subjacente e definidor das relações intersociais e interpessoais deve ser a ética.

Propicia, ainda, a percepção de que essa característica sociocultural é expressão de uma pluralidade dinâmica, a qual tem sido benéfica e estimuladora na definição de valores universais.

Desta forma, o desafio para os professores será o de mobilizar conteúdos e práticas didáticas que contemplem o círculo ininterrupto de conceitos que costumam a temática da educação para o trânsito na ótica da diversidade a partir de uma tendência transversal e interdisciplinar, haja vista que o trânsito é algo multifacetado podendo ser abordado de diversas formas e nos diferentes níveis de ensino (FILIPOUSKI, 2002; ROZESTRATEN, 2004).

Alcudia *et al.* (2002) relaciona a ideia de diversidade como ideário cultural em prol da liberdade para exercício da dignidade e autonomia humanas. A diversidade, nesta perspectiva seria uma aspiração, que se trazida para a educação de trânsito, questionaríamos, o que aspiramos? Um trânsito seguro, igualitário e humanizado: “[...] em educação, a diversidade pode estimular-nos à busca de um pluralismo universalista que contemple as variações da cultura, o que requer mudanças importantes de mentalidade e de fortalecimento de atitudes, de respeito entre todos e com todos”.

Assim, entendemos como conteúdos recorrentes à uma educação de trânsito para a diversidade humana: a) O trânsito, a cidade e os lugares; b) Procedimentos básicos de prevenção de acidentes de trânsito e autocuidado; c) Identificação de situações de risco de acidentes de trânsito em ambientes próximos; d) A mobilidade e os meios de transporte; e) A acessibilidade; e) A multiplicidade de linguagens do trânsito; f) A convivência social no trânsito; g) Atitudes e comportamentos que respeitem a vida em trânsito; h) Como as pessoas se inserem no trânsito; i) O pedestre e os demais veículos; j) A diversidade e as implicações para o trânsito.

Há ainda uma gama enorme de práticas pedagógicas que podem ser realizadas quando tomamos a temática trânsito no corpo da transversalidade, como: encontro de professores para debate do tema e realização de oficinas; espetáculos teatrais; sessões de vídeos; oficinas com alunos; encontros com pais, alunos e a comunidade dentre outras ações educativas que podem ser desenvolvidas a partir da necessidade e das expectativas dos educadores, dos alunos, dos pais de alunos, enfim, de todos que compõem a comunidade escolar e a sociedade que diuturnamente está se movimentando pelas cidades.

O fato é que, tema trânsito é de extrema relevância para a educação humana e não pode mais configurar-se como “o patinho feio” dos temas transversais.

Estratégias metodológicas centradas exclusivamente em campanhas realizadas durante a Semana Nacional de Trânsito não são suficientes para atingir o seu público alvo e alcançar os objetivos propostos, em outras palavras, não educam para a cidadania. Não educam para contemplar uma educação de trânsito inclusiva, para a diversidade humana, tão pouco para o aumento da segurança no trânsito e a redução dos acidentes.

Estas campanhas devem ser desenvolvidas durante todo o ano, mesmo que não tenham a mesma opulência das executadas na Semana do Trânsito, pois acreditamos que as pequenas ações educativas executadas regularmente vão criando uma cultura de respeito e atenção às normas do trânsito e para as pessoas que estão inseridas nesse processo, para os espaços e meios de locomoção, para a mobilidade e acessibilidade humanas.

Logo, o desafio do educador que trabalha a educação de trânsito para a diversidade humana, é a de que os temas e conteúdos, não se configurem como “corpos estranhos” no bojo da escola e que por sua vez, as respectivas abordagens não se isolem entre si, mas que referenciem os diversos aspectos que componham o exercício da cidadania e democracia e que nesse processo a diversidade, para os professores, não seja apenas um discurso vazio que acentue as desigualdades pelas discriminações e homogeneizações, práticas infelizmente ainda muito presentes em nossa sociedade.

Finalmente compreendemos, que a temática educação para o trânsito deve se configurar sob o enfoque da ética, cidadania e diversidade humana. Propomos que se configure em mais um dos temas transversais dos futuros PCN's, visto sua natureza

complexa, a necessidade que não se configure como atividade prescritiva no corpo do currículo, visto de que o trânsito é parte da vida de todos.

Considerações Finais

Iniciamos nossas discussões em torno das questões que unem as concepções de currículo e prática docente. Neste sentido, compreendemos que uma educação que enfoque a diversidade humana é a mediadora dos conflitos apresentados nas inter-relações entre estas categorias. Sendo esta a oportunidade para instituir uma prática docente que contemple e transforme o cotidiano escolar e individual dos sujeitos assim como influencie na construção curricular numa atitude comportamental de respeito às diferenças.

No segundo momento do artigo, apresentamos a abordagem relativa às reflexões que encampam o currículo, a interdisciplinaridade e a transversalidade no campo da educação para o trânsito na perspectiva da diversidade humana. Consideramos que, implementar o trânsito como tema transversal nas escolas é um grande desafio para os órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito, para a sociedade como um todo, mas muito especialmente para a escola, que deveria assegurar esta tarefa que está diretamente relacionada à sua função social, qual seja a formação integral do cidadão para o exercício pleno de sua cidadania.

Educar para a cidadania no trânsito, significa revolver campos epistemológicos e estratégias metodológicas que sinalizem para a elaboração de um projeto amplo e sério com objetivos bem definidos, recursos educativos de qualidade, acompanhamento e avaliação permanentes e corpo técnico qualificado, a fim de pensar as categorias: trânsito, educação e diversidade. Entretanto, se a educação de trânsito para a diversidade não for incluída nos projetos políticos pedagógicos das escolas, das universidades, a educação nesta perspectiva está fadada ao insucesso.

Relevante ainda é considerar a necessidade de parceria e ação conjuntas entre os sistemas de ensino e os órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito com o fim de subsidiar tais ações e trocar experiências e ideias. O trabalho colaborativo é necessário. Não podemos esquecer que as escolas não são centros de formação de condutores, portanto, os professores não têm a obrigação de ensinar disciplinas como direção defensiva, primeiros socorros, legislação de trânsito (não, que não possam!); e,

nem todas as pessoas serão condutoras de veículos automotores (mas com certeza, todas em algum momento serão pedestres).

A função da escola é analisar, refletir, debater sobre o respeito às leis de trânsito e ao espaço público; ao direito de ir e vir neste consideradas também a mobilidade e a acessibilidade humanas; sobre a convivência entre as pessoas pelas ruas da cidade baseada na cooperação, tolerância, igualdade de direitos, responsabilidade, solidariedade e tantos outros valores éticos imprescindíveis para um trânsito mais humano. O que só acontecerá, quando a temática trânsito for realmente concretizada como prática nas escolas.

Referências

ALCUDIA, Rosa. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BERTICELLI, Ireno Antônio. Currículo: tendências e filosofias. In: COSTA, Marisa Vorraber. Org. 2. ed. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997. 1. ed. Brasília: DENATRAN, 2008. 708p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1998. 146p.

MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, Maria Dolors; CAINZOS, Manuel; FERNÁNDEZ, Teresa; LEAL, Alrora; MORENO, Montserrat; SASTRE, Genoveva. **Temas transversais**: bases para uma formação integral. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FILIPOUSKI, Ana Maria R; SEFFNER, Fernando; KEHRWALD, Isabel Petry Kehrwald; SCHÄFFER, Neiva Otero. **Trânsito e educação**: itinerários pedagógicos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ROZESTRATEN, Reinier Johannes Antonius. **Psicopedagogia do trânsito**: princípios psicopedagógicos da educação transversal para professores do ensino fundamental. Campo Grande: UCDB, 2004. 218p.

SACRISTÁN, José G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: _____ . **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VASCONCELLOS, Eduardo A. **O que é trânsito**. São Paulo: Brasiliense, 1998. – (Coleção primeiros passos; 162)

YUS, Rafael. **Temas transversais**: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: ArtMed, 1998.